



1290001021



IE

TCC/UNICAMP C65i

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CE 851 Monografia II

2º SEMESTRE 1988

[Handwritten signature]

TEMA : A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA COMERCIAL DOS EUA NO COMÉRCIO DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRO /O CASO DOS FRANGOS CONGELADOS.

NOTA: 9,0 (NOVE)

DESESA: 2/2/89 ✓

ORIENTADOR: Muelo Barci

BAIXA: Antônio Márcio Buainain *[Signature]*

PROFESSOR ORIENTADOR: Rinaldo Barcia Fonseca ✓

ALUNA: Adriana Lara de Souza Coelho

RA: 840014

INTRODUÇÃO

Ao analisar a evolução histórica da agricultura dos EUA, atinge-se em 1985 um momento significativo, quando a lei agrícola norte-americana é revisada; trata-se não de uma simples reorganização de instrumentos, mas sim de uma inflexão em sua posição ao passar a pleitear a questão dos mercados externos como ponto fundamental a sua política agrícola.

Simultâneo a isso, a revisão da política agrícola da CEE em relação ao mercado mundial acabou por gerar conflitos e tensões a nível de economia mundial.

O Brasil, frente a essa reviravolta do mercado mundial obviamente foi afetado. Entretanto faz-se essencial observar até que nível isso ocorreu e qual a intensidade e as causas deste processo. A observação das consequências, ou melhor, das possíveis consequências trazidas pela agressividade no comércio exportador, especialmente dos EUA frente ao Brasil, será objeto de atenção central de nossa análise.

Desse modo propõe-se após um breve relato dos aspectos da política agrícola dos EUA nos últimos anos, avaliar as possíveis consequências sentidas no comércio brasileiro exterior. Assim avaliaremos casos como soja e tabaco. A atenção central, por sua vez, se voltará ao estudo do caso dos frangos congelados. O setor avícola brasileiro a partir da década de 70 passou a adquirir grande destaque do ponto de vista da composição de renda, geração de emprego, comércio interno e externo. Será aqui analisado quais as razões que levaram na metade da década de 80, essa ascensão promissora do setor, a uma involução.

Pretende-se constatar se o deslocamento na posição brasileira de frangos ocorreu e ocorre pela nova composição estrutural da política dos principais concorrentes internacionais e se existem outros fatores que vieram a colaborar com

esse movimento.

Em síntese procurar-se-á elaborar em quadro geral, com o estudo específico de um caso (frangos), de forma que se ve rifique, ou melhor, constate até que ponto as causas levantadas, fundamentalmente a agressividade da política comercial norte-americana, vêm influenciando no desempenho do comércio externo brasileiro.

-----//-----

1. CONSIDERAÇÃO SOBRE A POLÍTICA AGRÍCOLA NORTE-AMERICANA

Nos últimos cinquenta anos, os EUA vêm mantendo na íntegra de seus programas de política agrícola a sustentação de preços, isso tanto a nível interno como externo; tenta-se as sim proteger o mercado agrícola interno de problemas como a importação de produtos básicos mais baratos, por exemplo.

Mas nos últimos quinze anos, vem se tornando cada vez mais intensa a ênfase dada a nível externo, o que implica por sua vez em uma maior vulnerabilidade às flutuações do mercado mundial.

Uma série de fatores como a auto-suficiência de produção agrícola adquirida por alguns países, crises de dívida externa de outros, além de grandes déficits federais que vi eram a contribuir com a super-valorização do dólar nos EUA, acabaram por colaborar com o decréscimo do volume de vendas norte-americano no início da década de 80.

Dessa série de fatores, um que tem merecido grande atenção é o referente à auto-suficiência adquirida pelos países da Comunidade Européia (CE). Nos últimos 25 anos a CE deixou de ser o principal importador das vendas agrícolas dos EUA, passando disso a ser, além de produtor para suprir seu próprio mercado, também a ser um importante competidor em muitos mercados dos países do terceiro mundo. Assim os EUA em sua qualidade de grande exportador de produtos agrícolas, se viu impelido a demonstrar sua firmeza frente a manutenção de seus mercados.

É a partir desse contexto que pôde-se inserir a revisão, em 1985, da lei agrícola dos EUA - "Food Security Act".

O "Export Enhancement Program" (EEP), programa de expor

*Tem que falar
do desempenho da
produção americana*

tação então determinado nessa revisão, é o instrumento fundamental à nossa análise.

No original, nesse programa EEP, anunciado em 15 de maio de 1985 pela USDA, coloca-se como objetivo adquirir competitividade em relação à países com políticas de subsídios, especialmente a Comunidade Européia. Além desse principal objetivo com expansão de produtos agrícolas exportáveis, desafiar práticas injustas de comércio e encorajar os concorrentes comerciais a iniciar sérias negociações quanto aos problemas de comércio agrícola.

Assim, o que ocorre na realidade, é que a partir de diversos programas governamentais criados e direcionados segundo a lei, prevê-se a concessão de subsídios diversos aos produtores agrícolas. Com exportações subsidiadas força-se a diminuição, ou melhor, a queda de preços no mercado mundial. O objetivo final então é de quebrar as resistências dos competidores, sobretudo a Comunidade Européia, e promover a negociação de todas políticas, inclusive as domésticas, que também afetam o comércio mundial de produtos agrícolas.

Pode-se perceber então, que não se trata de um simples ajuste da política agrícola norte-americana. A lei, em si, determina um ponto de inflexão na posição dos EUA, colocando a questão dos mercados externos como ponto estratégico. O objetivo em questão passa a ser a conquista de mercados externos para a produção agrícola norte-americana.

Entretanto, toda essa estratégia, que no princípio visava atingir quase que exclusivamente os países da Comunidade Européia, acaba por vir a provocar efeitos a nível mundial. Certos mercados não são somente da CE, podem pertencer a países do 3º mundo por exemplo, que por isso passam a ser também prejudicados em alto grau. Além disso, pelo fato de serem absorvidos mercados da CE, os países da CE passam a ocupar outros mercados de outros países. Dessa forma, os

efeitos dessa política adotada pelos EUA acabam por ter consequências de grandes dimensões. Isto tanto em questões da geografia do comércio, preços mundiais, como produção e produtos agrícolas.

Em suma; os EUA, com sua revisão de 1985 assume uma posição comercial agressiva, destinado a limitar e eliminar a interferência esporádica dos exportadores no mercado mundial.

2. ANÁLISE DO NÍVEL DE COMPETIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES DE ALGUNS PRODUTOS ESPECÍFICOS DA PAUTA BRASIL E ESTADOS UNIDOS

2.1. Soja e tabaco

O objetivo da presente análise, em suma, é de verificar a que nível a política agrícola adotada pelos EUA pós 85 tem se caracterizado por ser significativamente agressiva, influenciando por sua vez no desempenho das exportações brasileiras de alguns produtos.

Dessa forma, dois produtos que podem ser considerados para efeito dessa análise são a soja e o tabaco.

A soja brasileira conta com a vantagem de possuir uma base produtiva eficiente, possuindo um alto nível de produtividade média, que a permite competir com principais países a nível internacional: EUA e Argentina.

Do total produzido de farelo de soja hoje no Brasil, 75% é exportado, enquanto que do óleo 35% destinam-se a exportação. Assim existe uma dependência direta das cotações internacionais que influenciam desde as colheitas até as vendas. Portanto a comercialização a nível externo é crucial no caso da soja brasileira. A concorrência internacional é ponto

fundamental, e é com os EUA por sua vez, que a concorrência se faz de forma mais acirrada. Um exemplo disso refere-se ao caso do óleo. O governo norte americano, através do EEP (Export Enhancement Program), visando fazer frente a ofensiva do óleo europeu, passa a subsidiar pesadamente as exportações de óleo com crédito a juros baixos e concessão de bônus no mercado à vista. Dessa forma os EUA atraíram alguns dos principais compradores de óleo, que são os países pobres, para os quais o financiamento é fundamental.

Assim como a Argentina e os Países da Europa, o Brasil não oferece crédito, trabalhando exclusivamente no mercado livre, com preços mais competitivos. É aí então que o bônus norte-americano vem a prejudicar o Brasil, tomando por exemplo, o mercado indiano, principal comprador de óleo de soja brasileiro. Portanto nota-se que a competição realmente se faz de forma acirrada.

Com relação ao farelo ocorre algo distinto: os maiores compradores são países ricos da Europa, que vêm subsidiando a produção para atingirem a auto-suficiência. A competição já não é tão alta dado que as vendas se alteram, pois o hemisfério sul faz suas vendas no primeiro semestre, enquanto o hemisfério norte entra no mercado com força somente a partir de outubro. O Brasil, por sua vez alguns empecilhos que acaba por determinar uma posição de certa forma desfavorável frente à competitividade que referem-se aos altos custos de fretes e despesas financeiras com estocagem. Entretanto, apesar destes obstáculos, existe pleno acordo de que o comércio brasileiro de soja é amadurecido, além de tratar-se de um processo fluente. A comercialização em muito melhorou desde que a CACEX aboliu as cotas mensais e anuais, extinguiu restrições em geral as vendas externas e liberou as importações de grãos em regime de draw-back para sustentação de atividades das indústrias nas entre-safras.

Entretanto de toda essa análise o que se faz interessante ressaltar é que apesar da boa estrutura interna, não existe ainda uma estrutura sólida suficiente que ofereça condições de competir com os EUA dada sua política de exportação agressiva, adotada nos últimos anos.

O tabaco seria um outro produto que apresenta um nível de competitividade significativo e que dada a posição ocupada pelo Brasil, pode correr riscos frente as manobras de políticas de exportação norte-americana.

O ranking dos maiores produtores mundiais de fumo apresenta a liderança ostensiva da China, seguida pelos EUA, Índia e Brasil. Entretanto no comércio mundial do tabaco, tamanho não é documento, isto é, não significa relevância para as trocas entre países necessariamente. Assim é que a China, por exemplo, praticamente não participa do mercado externo.

Faz-se interessante observar uma característica marcante da comercialização do fumo: dos 6,5 milhões de toneladas colhidas ao ano, 1,5 milhões são exportadas pelas nações produtoras. Trata-se de uma relação estável ao longo dos últimos anos, pois exporta-se atualmente, em termos percentuais, o mesmo que em 1979. Embora tenha verificado-se a estabilidade a esse nível, o mercado mundial não permaneceu inerte. Uma das principais mudanças referiu-se a perda da importância dos EUA como produtor e declínio de suas exportações. Entretanto esse decréscimo nas vendas não veio a abalar a posição norte-americana de maior exportador mundial. O país apresenta sólida estrutura para rápida ascensão a níveis planejados, dado que detem os maiores estoques internacionais de fumo, aliado a alta capacidade de concessão de subsídios, podendo derrubar os preços no mercado por excesso de oferta.

O fumo é um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira e vem de longa data contribuindo de forma significativa à balança comercial.

*é contra o Brasil,
a) ativa / compete*

Com a quebra da safra norte-americana nos anos 60, e a criação da Comunidade Européia vindo a unificar as tarifas de importação dos países membros, as exportações brasileiras deram um salto de 30 mil toneladas para 50 mil.

Em 1966, com as sanções comerciais impostas pela ONU à Zimbábue (Rodésia), o principal produtor de fumo claro da época, além do fim dos monopólios estatais de tabaco da França e Itália, novo impulso foi dado às vendas externas brasileiras. No decorrer dos anos 70, a conquista consolidou-se com os mercados do Reino Unido e Itália, além do próprio EUA. Após 80, com a decaída norte-americana já citada, o quadro foi se constituindo cada vez mais favorável ao Brasil.

Dentre os principais mercados para o fumo nacional atualmente estão o Reino Unido, Alemanha Federal, além ainda do próprio EUA.

Em 1987, o Reino Unido passou a ser o maior mercado de absorção do fumo brasileiro, sendo que esta posição do mercado inglês vem sendo mantida mesmo apesar da redução generalizada no volume das importações inglesas de fumo em folhas, neutralizando a concorrência de Zimbábue e EUA.

O Japão por sua vez, foi o país que maior expansão na compra de fumo brasileiro revelou nos últimos três anos.

Apesar dessa aparente estabilidade do quadro geral aqui traçado relativo ao fumo brasileiro, a concorrência existe sim e o Brasil deve estar atento e preparado a agir com estratégias diversas.

A exportação brasileira de fumo pode sofrer consequências danosas com uma crise internacional do dólar. Para manutenção e ampliação das exportações brasileiras, a indústria brasileira de fumo vem reinvidicando do governo uma variação cambial coerente, facilidades de importação (counter trade), ação contra o protecionismo de países compradores, além da manutenção de incentivos no imposto de renda.

Existe uma preocupação geral de produtores e comerciantes de fumo em manter a posição brasileira de segundo maior exportador mundial, desenvolvendo estratégias visando enfrentar qualquer manobra realizada pelos concorrentes.

Os EUA, como já foi dito anteriormente, possui estoques financiados e subsidiados pelo governo. Existe a prática de dumping nos estoques, com descontos de até 90% para os compradores e um counter trade dirigido. Além disso o governo concede linhas de crédito de até 3 anos. Os EUA dispunham até recentemente de um estoque de 400 mil toneladas de fumo acumulado desde 1976 permitindo a concessão de descontos de 10% a 90% do preço final.

Pelo fato da Comunidade Européia não ser uma grande exportadora de tabaco, não existe de forma declarada, pelo menos não deveria existir, por parte dos EUA, algum "ataque agressivo" referente ao tabaco na lei de 1985 norte-americana.

Como foi apontado acima, existe sim uma grande concorrência entre Brasil e EUA no comércio de tabaco, com os EUA apresentando uma infra-estrutura mais sólida: maiores subsídios, grandes estoques, etc.

Assim é curioso notar que um produto como o tabaco não é um produto comum na guerra de exportação entre EUA e CE, e que portanto não deveria ser alvo de políticas "selvagens e injustas" de ataque dos EUA à conquista de mercados de exportação. Mas isso não ocorre: existe "dumping", preços subsidiados, uma série de subterfúgios colocados em prática pelos EUA, para manutenção e conquista de novos mercados, mercados esses que nada têm a ver com a CE.

Desse modo faz-se interessante observar que os pretendidos alvos a serem atingidos pelos EUA na sua frenética luta de mercados de exportação vão além do que os declarados de posição contra a CE. O tabaco é um exemplo disso.

*Isa mostra que a
razão de EE7 é na
realidade outra.*

2.2. Estudo de caso dos frangos congelados

O frango congelado foi um produto que repentinamente apareceu na pauta de exportações brasileiras na década de 70 dando um salto significativo nos volumes exportados nos anos seguintes. Em seis anos (a partir de 1975) os volumes embarcados para o exterior aumentaram quase 80 vezes.

Entretanto essa evolução já não é característica do quadro de exportações do produto nos últimos anos (1985 em diante). Após ter atingido seu recorde de vendas (US\$ 354 milhões) em 1981, vem se registrando uma tendência de queda nas exportações de frango. De 1985 à 1987 o valor das exportações caiu cerca de 6% ao ano.

Mesmo quando no início da década de 80 o Brasil ocupava uma posição de destaque na exportação do produto, já era evidente a concorrência oferecida por EUA e França.

Enquanto os principais concorrentes brasileiros atingiram de 1982 à 1987 altos níveis de crescimento, como os EUA que em 1987 registraram avanço de 56% nas vendas de frango em relação à 1982, o Brasil no mesmo período passa por processo oposto com uma queda de 29%, menos 90 mil toneladas em suas vendas.

É bom observar que somente entre dois anos, de 1985 à 1987, o Brasil aponta uma queda de 58 mil toneladas (-28%) enquanto os EUA no mesmo período apresenta acréscimo de 166 mil toneladas (+87%).

O Brasil em 1984 teve uma participação de 27% no mercado mundial baixando esse percentual para 17% em 1987. Caso fosse mantido o patamar de vendas atingido em 1984, no ano de 1987 deveria ter-se registrado exportações acima de 330 mil toneladas. A diferença entre o efetivamente realizado e a tonelagem acima foi de exatamente 115 mil toneladas.

Assim faz-se interessante avaliar quais as possíveis

causas efetivas dessa involução no desempenho das exportações do produto.

O desempenho brasileiro nas exportações de carne de frango vem contrariando o ocorrido no mercado mundial, pois segundo o USDA, de 1984 à 1987 o comportamento do comércio mundial do produto tem mostrado crescimento.

Dessa forma podemos enumerar algumas das possíveis razões à esse declínio que vem sendo registrado. Diversas são as opiniões quanto a efetiva causa. Entretanto é bom elucidar que as supostas causas não necessariamente vem a ser excludentes.

Possíveis razões:

a. A diminuição da capacidade de absorção pelos tradicionais importadores dada uma busca pela auto-suficiência e à natural saturação.

O Oriente Médio que representa mais de 70% das vendas externas brasileiras, quase totalidade de frangos inteiros, vem incentivando a produção doméstica buscando sua auto-suficiência. O declínio dos preços do petróleo vem afetando a demanda pelos alimentos importados, incluindo a carne de frangos. Dado os salários reduzidos mais a saída de trabalhadores estrangeiros dos campos petrolíferos e dos serviços burocráticos, é de se esperar que se mantenha esse decréscimo na demanda por importações. Como consequência, as compras de carnes de frangos dos maiores exportadores, dentre eles o Brasil, estão estagnando ou declinando e existe por conseguinte uma acirrada competição a nível de preços.

Entretanto esse movimento em direção a auto-suficiência é mais lento do que possa parecer. Isso dado que devem ser levados em conta fatores como a insuficiência de subsídios concedidos à produção local, mudança no hábito de consumo e a também insuficiente produção interna de milho, com preço alto que acaba sendo importado, encarecendo o produto final.

MAIS O COMÉRCIO
CRESCERÁ ... ?

Além disso os salários decrescentes acabam por vir a forçar os consumidores a trocarem as carnes vermelhas por produtos avícolas, de menor preço.

b. Outra razão colocada por alguns refere-se a insuficiência da produção interna brasileira, ou como colocado pelo ex-presidente da União Nacional dos exportadores de frango, Núncio Quraitem: "é tudo devido à incompetência". Que existe desvantagem com relação a produção/preço dado os altos subsídios oferecidos pelos países concorrentes (EUA e França) isso pode ser constatado empiricamente. Mas a nível de produção interna, endogenamente falando, o setor apresenta uma capacidade ociosa média de 30% (1º semestre de 88), conforme quadro anexo I, o que invalida o argumento anterior. Essa capacidade ociosa de pintos de corte, na realidade são ovos não incubados que acabam por entrar no mercado de consumo de ovos. Isso por sua vez implica num prejuízo significativo ao setor matrizeiro pois enquanto vende-se por Cz\$ 90,00 um frango, vende-se por Cz\$ 100,00 uma dúzia de ovos.

Dessa forma pode-se constatar que faltam sim condições para se atingir essa potencialidade produtora existente no setor.

Existe uma tendência de se substituir a carne bovina pela de frango. Enquanto faz-se um frango em 52 dias, um boi leva-se 4 anos. Assim existe uma tendência a popularização do frango. O Brasil por sua vez vem seguindo essa tendência. Nos últimos anos houve uma reformulação do sistema de integração que justamente veio a suprir a alta de volumes exportados no início da década de 80 gerando uma integração vertical. Assim o setor progrediu muito conseguindo inclusive conquistar mercados aliados também à técnica de comercialização de marketing externa. Com a integração, passaram a existir conglomerados produzindo seus próprios ingredientes, seus

Além destes problemas, deve-se mencionar a elevação dos custos de produção, que reflete-se no custo final do frango. Isto tem levado ao subsídio indicado, dado via venda de estoques governamentais abaixo dos preços de mercado. Além disso, as exportações beneficiaram-se dos créditos de exportação, intensos, através da BB.

próprios pintinhos/matriseiros. Portanto existe um parque desenvolvido no Brasil. É na região sul, por sua vez, que mais se destaca a organização desse parque. A exportação é regionalizada: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo compõe o centro exportador.

Entretanto sente-se, apesar de toda essa estrutura, a insuficiência de estímulos dada ao setor; a necessidade de uma maior agilidade de recursos.

Seria conveniente colocar aqui então, já a nível de análise das razões que vêm a impedir que se atinja a potencialidade de produção, a falta de incentivos por parte do governo. Medidas que viriam a favorecer a produção, comercialização a nível interno e externo, minimização de custos e uma margem de lucro razoável são mínimas na realidade. O Brasil é um país que tem condições de produção, industrialização e exportação assim como de concessão de subsídios, como o faz para outros produtos, como veículos por exemplo.

Houve no início de 87 um programa de incentivo a exportação que, por quantidade exportada de frangos, havia uma quantidade de milho na paridade internacional. Assim de certa forma oferecia-se um certo respaldo para competitividade com relação a preços. Entretanto no início de 1988 para cá houve corte do programa, com a alegação de insuficiência de recursos. Ao ingressar no comércio externo, não existe sentido se não houver condições mínimas de competitividade.

Segundo estudo encomendado pela ABEF (Associação Brasileira de Exportadores de Frango) em 1987 o subsídio total brasileiro era de 5% a 7% do preço FOB de exportação, enquanto o norte-americano e o francês atingiram 60%.

No momento atual a isenção de imposto de renda é o único benefício à exportação de frango.

Com esse quadro nota-se que apesar do potencial produtivo do setor ser alto, não corresponde a produção real, sendo que essa distância não se dá apenas por razões de falta de

estímulo ao comércio a nível externo, como a nível interno, comércio esse que seria certamente incentivado se houvesse a definição de uma política agrícola em favor do setor.

c. Uma outra razão levantada, que também diz respeito a política agrícola brasileira, parte de um ponto bem definido: o Plano Cruzado. Esse inclusive é o ponto de vista oficial. Argumenta-se que houve o decréscimo nas exportações de carnes de frango de setembro de 86 para cá principalmente pela "proibição da exportação de frango". Esse trata-se de um argumento meio forçado entretanto, porque não houve proibição alguma e os contratos foram respeitados. Na realidade, o que ocorreu é que com o Plano Cruzado o mercado interno estava muito mais interessante.

No comércio externo (exportação) existe uma gama de itens que fazem com que exista vantagens em relação ao comércio interno, além de preços mais competitivos, problemas de ordem técnica, de processamento, controle de qualidade, operacionalidade, transporte e outros que vêm a tornar mais trabalhosa e custosa as operações a nível externo.

Dessa forma o Brasil, frente a situação, passou a oferecer aqui para dentro o que oferecia para fora. Era mais vantajoso vender ao mercado interno por US\$ 0,80 o quilo para uma demanda aquecida, do que fornecer aos habituais clientes do mercado externo, que estavam pagando US\$ 0,55 por quilo.

Na ocasião do cruzado, houve um alerta ao governo quanto ao fato da possibilidade da perda de credibilidade junto a clientes tradicionais, que na incerteza do cumprimento dos compromissos de abastecimento, poderiam optar pelas ofertas concorrentes. Assim colocou-se à risco a manutenção de mercados que exigiram anos de dedicação e esforço para serem conquistados.

Países do Oriente Médio sempre foram tradicionais merca

*Deixar também
nosferar a razão
p/ o crescimento das
exportações. Diplomacia
comprou de petróleo
etc. No fundo, foi
isto que aconteceu*

dos do Brasil, sempre mantendo um volume de compras ao redor de 80% do total das exportações brasileiras de frango congelado, isso desde 1975 quando o Brasil começou a se firmar no setor. Em 75, Arábia Saudita, Kwait, Emirados Árabes e Omã importaram 3,41 toneladas, ou seja, 98% do volume total exportado pelo Brasil. Oatar, Iraque, Irã, Jordania e Líbano foram incluídos no hall de importadores três anos depois. Egito, Iêmem e Bahrein entraram em 83, sendo que no ano posterior o Brasil atingiu a cifra de US\$ 268 milhões nas exportações.

Entretanto de 85 para cá esse quadro teve grandes alterações, principalmente pós Plano Cruzado. Para se ter idéia Egito (ocupava 14% do mercado em 84) e Iraque (ocupava 24% do mercado em 84) servidos respectivamente pela Sadia e Perdigão não constam mais na lista de importadores do produto brasileiro. Entretanto essa é uma questão que para alguns não se deve só ao cruzado, mas também a agressiva política de subsídios dos concorrentes imediatos, EUA e França, assunto que será abordado no próximo item.

Assim o frango brasileiro foi progressivamente desalojado de grandes consumidores do produto e também em vários outros de porte médio.

Entretanto um fato que vem a apontar a contradição da notícia da impossibilidade de atender aos compromissos de exportação foi a pronta resposta da avicultura brasileira ao apelo do governo para incremento da produção interna. Aumentou-se em 10% a produção brasileira em 86, atingindo o recorde na produção de 1,617 milhões de toneladas, seguido por um aumento de 11% em 87 chegando a 1,8 milhões de toneladas.

Isso só veio a agravar a situação pois com a queda das exportações, que sempre constituiu 20% da produção, em 87 atingiu-se tão somente 11%, o mais baixo índice da participação já registrado. dessa forma colocou-se em risco a viabi-

lidade da indústria comprometendo o ponto de equilíbrio da atividade empresarial.

Portanto nota-se que é muito importante que se mantenha uma posição constante no mercado externo quanto ao fornecedor de produto tanto em qualidade como quantidade. Na medida que deixa-se de fornecer e um outro país vem e oferece as mesmas condições de quantidade/qualidade, existe um deslocamento obrigatório, com uma consequente ocupação efetiva do lugar. Reconquistar um freguês, por sua vez, é muito mais difícil do que conquistar.

d. A razão mais discutida, que é apontada como responsável pelo declínio das exportações brasileiras de frango principalmente pós 1986, indubitavelmente refere-se a questão dos efeitos arrasadores que vem sendo causados pela política americana de subsídio às suas vendas externas de frangos, acobertados pelo conhecido EEP (Export Enhancement Program).

Por força do programa, os americanos já atingiram o volume de 250 mil toneladas de frango exportados, com agressivos subsídios que já chegaram a alcançar até 95% do preço de venda FOB do produto.

O Brasil, por sua vez, vem passando pelo processo oposto: com a exportação de 213,8 mil toneladas em 87 configurou-se a pior performance em sete anos.

O aumento de 9,8% da produção norte-americana, entre 1986 e 1987, não teria maior influência sobre o comércio mundial do produto, se o consumo interno dos EUA acompanhasse essa evolução na produção. (Ver quadro II) Mas na realidade, a relação consumo interno/produção que era de 97% entre 83/84, foi progressivamente declinando, o que acabou por gerar um superávit de 405 mil toneladas. Assim houve uma superestimação do avanço do produto, isso por razões como mudanças dos hábitos alimentares e tendência à ingestão de alimentos com baixo teor de lipídios.

Dessa maneira enquanto havia essa tendência ao aumento da produção da carne de frango, era preparado um contra-ataque por produtores de carnes bovinas e suínas visando recapturar o mercado consumidor. O fato também da lucratividade da exportação avícola apresentar queda no início de 87 veio a prejudicar o quadro.

Assim os EUA, ao incentivar a exportação de carnes de aves em um mercado que não possui regulamentações, obteve êxito. Dado seu alto déficit comercial, os EUA não só aponta para uma política exportadora mais agressiva, como alimenta esse processo, provocando perda do poder de compra do dólar nos principais mercados internacionais.

A participação no EEP da carne de aves, veio como consequência natural das particularidades deste comércio, que por sua vez tem a concorrência ostensiva do produto de origem francesa, também amplamente subsidiado.

Pode-se assim dizer que o propósito norte-americano com o EEP é de tornar competitivas suas vendas de certas mercadorias nas regiões onde há concorrência de similares subsidiados, oriundos principalmente do CEE (no caso do frango principalmente França). Respaldados neste programa então, as vendas norte-americanas da carne de aves foram progressivamente avançando, deslocando dessa forma a posição de tradicionais exportadores.

A realidade é que não pode-se negar um programa da dimensão de um EEP e suas consequências. O protecionismo cruzado no Atlântico Norte, com uma mistura de sobretaxa na importação com subsídios na exportação, ilustra bem esse cenário.

Assim aos europeus que subsidiam a exportação de frango há mais de quinze anos, atingem subsídios escandalosos frente sua necessária posição de defesa e ataque. Na França, o importador paga US\$ 820 por tonelada que por sua vez custa US\$ 1380 e pela qual o exportador recebe US\$ 1450. Quem co-

bre a diferença do contribuinte francês é a colaboração da caixinha do CEE, em Bruxelas.

Dessa forma a investida norte-americana vem assim não só com o caráter de conquistar como manter, e isso a altos custos, a sua posição no mercado internacional. A tonelada americana que hoje custa US\$ 1490 e pela qual o exportador recebe US\$ 1600, está sendo entregue aos árabes por US\$ 810. Subsídio superior a 95% do valor FOB. O Brasil, por sua vez, entra com sua tonelada custando US\$ 1000, abaixo do custo francês ou americano. Um frango competitivo mas desalojado de mercado. Mercados como Egito, Iraque, Japão, URSS vão paulatinamente distanciando-se.

Na competição por esses mercados, entretanto, os avanços obtidos foram especialmente acentuados nos casos do Egito e Iraque, países que a presença do produto norte-americano era praticamente inexistente em 1985, e que, em 1987 adquiriram 55% de suas importações totais nos EUA. (Ver quadro III)

Em termos gerais, comparando-se os percentuais de participação na exportação mundial de carne de aves de 1986 para 1987 teríamos:

	<u>1986</u>	<u>1987</u>
EUA	21%	26%
França	19%	17%
Brasil	17%	15%

Assim percebe-se a força norte-americana adquirida tão somente em um ano, e coincidentemente ou não, a queda na participação relativa da França e Brasil.

Como supõe-se o EEP vigente até 1990, com o constante reforço de verbas para continuidade da concessão de subsídios

aliado ao contra-ataque da CEE com a sua elevação de subsídios, é de se esperar que a pressão sobre as exportações brasileiras deva continuar.

Dessa forma o EEP entra como o mais forte argumento a esse declínio das vendas de frango brasileiro, e como pode-se constatar, não só veio a afetar a estrutura brasileira de exportação, como veio a provocar um deslocamento no comércio mundial do produto. Apesar das propostas de livre comércio que os EUA tanto apregoam, faz-se incoerente sua proposta frente a ação dos últimos anos.

-----//-----

CONCLUSÕES

Como pode-se notar de todas as razões aqui levantadas, responsáveis ao decréscimo no volume das exportações brasileiras de frangos, a mais consistente e clara é referente ao EEP em que os EUA entram agressivamente na luta por mercados, alterando todo o cenário exportador mundial.

Entretanto ao meu ver, acredito que cada uma das questões levantadas têm uma certa parcela de participação na involução do desempenho do setor. É claro que com menos força uma do que outras. Assim, a não ser a hipótese da insuficiência de produção interna, que é a única que pode ser anulada, todas as outras tem seu grau participativo.

Partindo de uma conjugação dos fatos ocorridos poderia-se interpretar da seguinte maneira:

A economia brasileira frente ao "Plano Cruzado" em 1986, passou por um momento em que o mercado interno tornou-se muito interessante à comercialização de alguns produtos, pelos altos preços, como o caso do frango, que foi visto anteriormente.

Desse modo o Brasil deu uma encolhida em sua oferta externa de frangos, para atender a demanda interna (dado preços mais vantajosos). Outros países então, com maior agilidade em conquista de mercados, até devido a maiores disponibilidades financeiras, não perderam tempo. Os EUA coincidentemente entraram na competição pela conquista de mercados com a EEP, na mesma época do cruzado. Iraque e Egito foram mercados tirados do Brasil a troco de preço, além de outros artifícios comerciais. Assim, além de subsídios de quase US\$ 300 por tonelada, oferecia-se troca por petróleo e com pagamento em até 5 anos. Portanto as condições de competição tornaram-se injustas. Por sua vez, a França (CEE) teve

possibilidades de acompanhar essa gana desenfreada de subsídios. A progressiva auto-suficiência adquirida por alguns países só também veio a agravar esse quadro.

Desse modo a fase do Plano Cruzado aliada a investida dos EUA com o EEP veio a encaixar as peças à favor dos norte americanos, que de certa forma quem sabe até não precisassem de tantos subsídios para suas conquistas.

O fato é que não houve uma preocupação em manter esses mercados externos por parte do Brasil. Existiu e ainda existe falta de incentivos (pode-se dizer colaboração) mínimas por parte do governo brasileiro. Deveria-se conscientizar que o setor não se trata de criador de galinhas e frangos e sim produtor de alimento, o conceito é outro.

A carência de proteína no Brasil e no mundo é enorme, portanto deveria-se alterar esse conceito errôneo e conscientizar o governo brasileiro a esse respeito. Existe um potencial de consumo.

Existe aqui mesmo no Brasil uma enorme demanda reprimida, vide Plano Cruzado. Socialmente é algo claro e notório.

Existe portanto a falta de definição de uma política agrícola que encare a necessidade do setor.

O Brasil é um país com plenas condições tanto à criação dos frangos como produção de insumos, além do clima, know-how e espaço físico que só beneficiam a produção/criação.

Certos países não possuem condições demográficas satisfatórias, com áreas adversas o que acaba decorrendo em custos mais altos com mais desvantagens.

O problema existe é à nível comercial. Isso não só a nível de subsídios em si, mas também altos custos de frete por exemplo. Exportações que atingem o Golfo devem ser seguradas, incorrendo em maior valor/preço.

Embora todo esse quadro de involução tenha sido aqui conformado, por sorte brasileira, a perspectiva para o setor

no ano de 88/89 já é bem melhor.

Dada a seca norte-americana no fim de 87 houve um grande prejuízo na oferta de carne bovina. Assim o consumo interno de aves nos EUA cresceu muito. Além disso a seca tornou insumos altos em relação ao custo de criação. Assim passou a transformar-se o subsídio à exportação em compensação ao produtor pelo prejuízo da seca no mercado interno. Analisando esses dados do início de 88 com relação a 87 já podemos sentir um certo declínio.

	Jan/Fev 1987	Jan/Fev 1988
Frangos inteiros -	US\$ 13,088	US\$ 9,263

Fonte: US Trade and Prospects

Dessa forma se o Brasil tiver agilidade suficiente, estaria aí uma grande oportunidade para recuperar seus mercados perdidos.

-----//-----

QUADRO I

T E N S	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
% DE OCIOSIDADE PINTOS DE CORTE													
1985	9,14	11,63	12,95	15,06	17,78	20,36	15,31	7,91	8,86	4,61	11,39	12,46	12,23
1986	15,38	18,18	20,15	17,09	13,53	14,71	7,58	8,97	2,83	1,26	5,70	0,79	10,17
1987	4,89	13,71	11,70	14,13	13,01	12,47	10,34	9,13	8,35	2,06	13,47	16,47	10,81
1988	27,93	32,31	27,46	30,50	28,50	* 28,24	* 30,00						

* Previsão

Fonte: Associação Paulista de Avicultura

QUADRO II - EUA - PRODUÇÃO E CONSUMO DE CARNE DE AVES - 1983 A 1987¹
(em mil t)

ITEM	ANO				
	1983	1984	1985	1986	1987
PRODUÇÃO	7.151	7.427	7.865	8.263	9.069
CONSUMO	6.955	7.223	7.628	7.967	8.604
CONSUMO/PRODUÇÃO	97%	97%	97%	96%	96%

FONTE - USDA.

¹ Estimativa.

**QUADRO III - BRASIL E EUA -
VENDAS DE CARNE DE AVES AO
EGITO E AO IRAQUE - 1985 A 1987
(em t)**

ORIGEM	DESTINO	
	EGITO	IRAQUE
Brasil		
1985	50.019	65.628
1986	5.454	24.985
1987	-	13.333
EUA		
1985	6.198	-
1986	27.575	-
1987	26.527	58.479

FONTE - USDA e Abef.

BIBLIOGRAFIA

LIMA, Marcelo Alceu Amoroso. Mudança Tecnológica, Organização Industrial e Expansão da Produção de Frango de Corte no Brasil, São Paulo, 1984. 192 p. Universidade de São Paulo. Dissertação de mestrado.

RIZZI, Aldair Tarcísio. O Capital Industrial e a subordinação da Pequena Produção Agrícola- O complexo Avícola no Sudoeste Paranaense; Belo Horizonte, 1984. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. 200 p.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luiz. Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro. Zahar, 1982. 119 p.

SAMPAIO, Plínio. Capital Estrangeiro e Agricultura no Brasil. Cadernos CEBRAP nº 31. Editora Vozes. 1980. 140 p.

BURBACH, Roger; Flynn, Patricia. Agroindústria nas Américas. Zahar. Rio de Janeiro, 1982. 284 p.

Séries estatísticas- Brasil Comércio Exterior 1980/85/87/88
Banco do Brasil

Revista Agroanalysis, dez 86/jan 87/mar 87/jun 87.

Unites States Department of Agriculture, Dairy, Iwestock and poultry: US & randeand Prospects.

Balanço Geral ABEF / Relatório Diretoria (Associação Brasileira de Exportadores de Frango)

Revista Cacex. Jan/fev/mar 87.

"La Inserción de América Latina en el Mercado Mundial de Productos Agrícolas" Parte 4 (Documento preparado para SELA, Sistema Económico Latino Americano) Rinaldo B. Fonseca.

Petit, Michael. "Determinants of Agricultural Policies: Conceptual Framework and Selected case Studies from the USA and the EEC". International Food Policy research Institute, Washington DC, July 1984.

Folha de São Paulo 17.03.88 "Portofolha"
"Carne de frango perde mercado no exterior"

Guimarães, Alberto Passos. "A Crise Agrária"
Paz e Terra 2ª edição 1982

Associação Paulista de Avicultura (APA)
Relatório mensal - julho 88.

Folha de São Paulo / Coluna Joelmir Beting 06.08.88
"Só pena que voa/Frango paga o pato".

-----//-----

AGRADECIMENTOS

- Ao Senhor José Carlos T. Silva, Superintendente da APA(Associação Paulista de Avicultura),que concedeu entrevista, de grande auxílio ao desenvolvimento do presente trabalho.

- Ao meu orientador, Rinaldo e demais pessoas que tornaram este trabalho possível.